

**ANEXO VI – MINUTA**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**CARTA CONTRATO N°            /**

**PROCESSO N° 01-P-8227/2017**

À

**EMPRESA:**

**ENDEREÇO:**

**CIDADE / ESTADO:**

**CEP**

Nos termos da **Carta-Convite DGA n° 10/2020**, homologada e adjudicada pela autoridade competente em \_\_\_\_\_, e da proposta dessa empresa, estabelecemos a presente Carta Contrato com as seguintes condições:

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente contratação é a **execução da obra de SPDA na Divisão de Meio Ambiente da Unicamp**, de acordo com Anexo I da Carta-Convite – Pasta Técnica, pelo regime de empreitada por preço global.

1.2. O fornecimento de todo material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita e integral execução dos serviços é de responsabilidade da Contratada.

1.3. O endereço do local dos serviços é: Rua Cinco de Julho, s/n°, Quadra 07, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campinas/SP.

1.4. A Carta-Convite e a proposta da Contratada são partes integrantes da presente Carta Contrato.

**2. DO VALOR E DO ORÇAMENTO**

2.1. O valor total da presente Carta Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), sendo:

R\$ \_\_\_\_\_ para mão-de-obra e,

R\$ \_\_\_\_\_ para material.

2.2. Os recursos para atender a presente despesa correrão à conta de verbas orçamentárias na funcional programática 12.364.1043.1151 e no elemento econômico 4451-30 do orçamento da Universidade.

### **3. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

3.1. A vigência da presente Carta Contrato será contada da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, observando-se o cumprimento fiel do prazo de execução da obra, sob pena de incorrer nas sanções estabelecidas na Cláusula Nove deste instrumento.

3.2. O adimplemento das obrigações aqui ajustadas admite prorrogação, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei Federal 8666/93, desde que ocorra algum dos eventos descritos nos incisos I a VI do aludido parágrafo, por meio de Termo Aditivo e mediante justificativa por escrito e autorização da autoridade competente.

3.3. Na execução da Carta Contrato deverá ser observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início, execução e entrega da obra, a partir do dia determinado na reunião de liberação de início da obra.

### **4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da comunicação escrita da Contratada de término dos serviços, sem pendências.

4.2. Os serviços serão recebidos definitivamente após o prazo de observação de 90 (noventa) dias corridos contados da data do recebimento provisório.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente instrumento contratual.

### **5. DO PAGAMENTO**

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data de cada medição, desde que tenha havido sua aprovação, e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes (Nota Fiscal, Fatura e Duplicata, sem quitar ou declaração de que não emite tais documentos, com base em dispositivo legal), sendo vedada a colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.

5.1.1 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, Agência \_\_\_\_\_ e Conta Corrente nº \_\_\_\_\_, sob a titularidade da Contratada.

5.2. É condição à realização do pagamento a entrega, pela Contratada, na **Divisão de Contratos/DGA**, no prazo de até **3 (três) dias** contados da data de aprovação da medição, os seguintes documentos:

a) nota fiscal, fatura e duplicata sem quitar, ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais;

- b) relação nominal dos funcionários alocados na obra;
- c) cópia da folha de pagamento;
- d) diário de obra devidamente preenchido do mês em referência;
- e) recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;

5.2.1. Na hipótese de constatação de irregularidade nos documentos (no todo ou em parte), a contagem do prazo de pagamento terá início a partir da data da entrega dos documentos regularizados.

5.3. É condição à efetivação do pagamento a inexistência de registro da Contratada no CADIN estadual, cuja averiguação será feita pela Contratante, conforme determina o art. 6º da Lei estadual nº 12.799/08.

5.4. Em atendimento ao artigo 31 da Lei Federal nº 8.212, de 24.07.91, alterado pela Lei Federal nº 11.933, de 28/04/09, e Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, a Contratante procederá a retenção do valor dos serviços indicados na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher em nome da Contratada a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou no próximo dia útil, caso esse não o seja, nos termos dos artigos 112 e 129 da referida Instrução.

5.5. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL”.

5.6. A falta de destaque do valor da retenção no documento de cobrança impossibilitará à Contratada a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da UNICAMP proceder a retenção/recolhimento devidos sobre o valor bruto do documento de cobrança ou devolvê-lo a Contratada.

5.7. A UNICAMP emitirá uma GPS - Guia da Previdência Social específica, sendo que na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança, a UNICAMP reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma única Guia.

5.8. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e seguintes da Lei Complementar Federal nº 116/2003.

5.8.1. Conforme Lei Municipal de Campinas, de nº 12392, de 20/10/2005, bem como do Decreto Municipal de Campinas, nº 15356, de 26/12/2005, a Contratante, na qualidade de responsável tributária, deverá reter a quantia correspondente à alíquota cabível na nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da Contratada.

5.8.2. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS”.

5.8.3. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

5.8.4. Por ocasião da apresentação à Contratante da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá fazer prova do recolhimento do FGTS e do ISSQN, por meio de cópia autenticada da guia de recolhimento correspondente aos serviços executados e deverá estar referenciada a data de emissão da nota fiscal, fatura ou do documento de cobrança equivalente.

5.9. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais provocados por culpa dos funcionários da Contratada serão objeto de desconto do pagamento, observando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

5.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a atualização de preços.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Iniciar a execução do contrato imediatamente após a sua assinatura, devendo a obra ser iniciada na data determinada pela Contratante na reunião técnica de início de serviço, a ser agendada mediante convocação formal. O início da obra está vinculada à análise e aprovação dos documentos relacionados no subitem 6.31.

6.2. Executar os serviços atendendo integralmente as normas da ABNT e demais normas técnicas pertinentes e vigentes, bem como as especificações dos fabricantes dos materiais/equipamentos e as condições exigidas pela Contratante.

6.3. Fornecer e utilizar na execução da obra todos os materiais (novos e de primeira qualidade), ferramentas, equipamentos e mão-de-obra, necessários à perfeita e integral execução dos serviços discriminados no Anexo I, os quais deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna.

6.4. Apresentar, antes de iniciar qualquer atividade para a execução dos serviços:

6.4.1. Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), original ou por cópia autenticada, junto ao CREA ou CAU referente à execução dos serviços, constando o nome e local do serviço, área e número do processo licitatório da Contratante.

6.4.2. Protocolo de comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, nos termos do item 18.2 da NR-18.

6.5. Os serviços de obra civil serão executados em conjunto com os demais serviços necessários à conclusão do objeto, e serão coordenados pela Equipe de Fiscalização da UNICAMP.

6.6. Responsabilizar-se pela instalação do canteiro da obra, atendendo todas as exigências da NR-18.

6.7. Isolar o canteiro de obras com tela de polipropileno, devendo a mesma ser retirada pela Contratada quando do término dos serviços.

6.8. Instalar placa indicativa da obra, devendo constar o nome da empresa e do responsável técnico com o respectivo número de registro junto ao CREA ou CAU, nos termos do Artigo 16 da Lei federal nº 5.194/66.

6.9. Da data de início dos serviços até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, são imputáveis à Contratada os seguintes riscos:

a) dano pessoal, morte, ou perdas e danos materiais, originados de:

a.1) uso ou ocupação do local dos serviços pela Contratada;

a.2) infração a leis, normas, posturas, ou direitos protegidos por lei, imputável a Contratada ou qualquer pessoa contratada por ele, exceto a UNICAMP;

b) danos aos serviços, canteiro de obras, materiais e equipamentos, por interferência da Contratada.

6.10. A Contratante se reserva o direito de contratar com outras empresas, simultaneamente e para o mesmo local, a execução de serviços distintos daqueles abrangidos pelo Memorial Descritivo. Neste caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para execução destes serviços ou de Concessionárias de Serviços Públicos.

6.10.1. Nessa hipótese, a Contratada exonera a UNICAMP de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhes sejam causados pelas demais empresas contratadas. As responsabilidades serão recíprocas e exclusivas das empresas contratadas.

6.11. Reparar, por sua conta ou de seu Segurador, os danos causados a terceiros em decorrência dos serviços, ressalvadas as despesas correspondentes a danos e perdas resultantes de atos da Contratante ou de seus prepostos.

6.12. Manter no local da execução dos serviços projetos, cronograma físico-financeiro atualizado, planilha orçamentária, Memorial Descritivo nº 09-2020 e os demais memoriais contidos no anexo I, especificações técnicas, cópia das medições e o “Diário de Obra” com, no mínimo duas vias, onde deverão, diariamente, ser feitas as comunicações entre as partes e lançadas as ocorrências, sendo que sem a abertura do mesmo a liberação para início dos serviços não será dada.

- 6.12.1. No “Diário de Obra” deverá ser lançado também, o histórico técnico detalhado dos serviços em execução, a condição climática (bom, chuvoso ou inoperante) e a quantidade de funcionários da Contratada com seus respectivos cargos.
- 6.13. Executar os serviços de acordo com as Especificações Técnicas, Plantas e Desenhos.
- 6.14. Responsabilizar-se por qualquer instalação provisória necessária para a execução dos serviços.
- 6.15. Providenciar, quando necessário, a aprovação junto a terceiros para o projeto de obras provisórias.
- 6.16. Responsabilizar-se pela segurança de todas as atividades no local dos serviços.
- 6.17. Notificar a UNICAMP sobre qualquer objeto de valor histórico ou outro valor significativo, encontrado no Canteiro de Obras, devendo a ela ser entregue, por ser de sua propriedade.
- 6.18. Permitir à Equipe de Fiscalização da UNICAMP, acesso ao local dos serviços e a qualquer lugar onde os serviços estejam sendo ou venham a ser executados.
- 6.19. Toda e qualquer ocorrência de obstáculos e imprevistos durante os serviços obrigará a Contratada a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à UNICAMP opinar e decidir sobre os mesmos.
- 6.20. É obrigatória a presença do engenheiro ou do arquiteto e urbanista responsável no local de execução dos serviços pelo menos 3 (três) vezes por semana, cuja presença será devidamente registrada em Diário de Obras.
- 6.20.1. A Contratada deverá manter no canteiro um técnico especializado, com a devida comprovação, que, na ausência do engenheiro ou do arquiteto e urbanista responsável, responderá perante a fiscalização.
- 6.20.2. A Contratada deverá credenciar o engenheiro ou o arquiteto e urbanista responsável e o técnico especializado junto à UNICAMP, devendo constar o nome, nº do RG e da inscrição no CREA ou CAU, telefone e e-mail para contato.
- 6.20.3. Será permitido apenas um serviço dentro do Campus por técnico especializado.
- 6.21. Dar prévio conhecimento à Equipe de Fiscalização da UNICAMP das ocorrências nas frentes e fases dos serviços de engenharia, a fim de se obter o melhor rendimento sem prejuízo da boa execução dos mesmos.
- 6.22. Fornecer e utilizar ferramentas, equipamentos e todos os insumos necessários e adequados à realização dos serviços, de acordo com o seu objetivo e com o apresentado na proposta.
- 6.23. Responsabilizar-se pelo abrigo, guarda e manutenção de seus equipamentos.

- 6.24. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo preparo de materiais, transportes dentro e fora do local de execução dos serviços, na vertical e horizontal.
- 6.25. Cumprir fielmente, às suas expensas, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador, do Ministério do Trabalho.
- 6.26. Apresentar, no início da execução dos serviços, a CTPS dos funcionários que irão trabalhar no local, devidamente registrada e em ordem.
- 6.27. Responder pelas condições de higiene e saúde de seus funcionários.
- 6.28. Responsabilizar-se pela instalação/manutenção do Canteiro de Obras, incluindo vestiários, sanitários e área de vivência, em conformidade com as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.
- 6.29. Responsabilizar-se pelo transporte e alimentação de seus funcionários, sendo terminantemente vedado o pernoite de funcionários no local de execução dos serviços.
- 6.30. Fornecer equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) aos seus funcionários.
- 6.31. Entregar à **Divisão de Segurança do Trabalho/DSTr**, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de integração, os documentos, conforme previsto no Manual de Segurança ([http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man\\_dsso\\_seguranca.pdf](http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf)) para Contratados, para emissão de crachás específicos.
- 6.32. Realizar, às suas expensas, a remoção de entulhos, materiais inservíveis gerados durante a execução do serviço, devendo o canteiro de obras estar sempre limpo e desobstruído, sendo vedado o acúmulo de entulho ou qualquer outro material de descarte sobre as áreas comuns, vias de circulação ou gramados.
- 6.33. Colocar número de funcionários necessários ao cumprimento do prazo de execução dos serviços, cujos encargos responderá unilateralmente em toda sua plenitude.
- 6.34. Responsabilizar-se por todo o planejamento da execução dos serviços nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica dos serviços.
- 6.35. Desmobilizar o canteiro e efetuar a limpeza final do serviço, inclusive a remoção do material inservível e do entulho gerado, para fora do Campus. A limpeza compreende também, todo o esparrame e acerto da terra excedente, de forma que o terreno fique pronto para o plantio de gramas.
- 6.35.1. A desmobilização compreende a retirada de todos os materiais, ferramentas e equipamentos de propriedade da Contratada, que porventura ainda estejam na obra. A Contratada fará a remoção e dará destinação final dos resíduos de construção civil (RCC), Classes A, B, C e D, provenientes da demolição e da execução da obra,



devidamente segregados e acondicionados, para áreas legalizadas e licenciadas pelo Município para este fim. A Contratada deverá entregar à Equipe de Fiscalização da Contratante cópia do Controle de Transporte de Resíduos – CTR, sendo que a medição da remoção do resíduo gerado, quando prevista em planilha orçamentária, será realizada somente após a apresentação deste.

6.36. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.

6.37. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da UNICAMP.

6.38. Responsabilizar-se pelos pagamentos de quaisquer verbas decorrentes da relação empregatícia com seus funcionários que irão executar os serviços de engenharia que ora se licita, tais como: salários, vantagens, verbas rescisórias, encargos, inclusive sociais e previdenciários, por ela devendo responder judicial e/ou extrajudicialmente, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre seus funcionários e a UNICAMP.

6.39. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, seguro, frete, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação ou no seu transporte, cujas despesas correrão por sua conta.

6.40. Executar os serviços na forma estabelecida na documentação técnica integrante da Carta-Convite, que integra este instrumento contratual, independentemente de transcrição.

6.41. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.42. Responsabilizar-se:

6.42.1. Por quaisquer acidentes na execução dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos que resultem a destruição ou danificação dos serviços de engenharia, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

6.42.2. Pela estabilidade dos serviços e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva dos serviços;

6.42.3. Pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;

6.42.4. Para correção dos defeitos notificados pela Contratante ou pela fiscalização, a Contratada terá 20 (vinte) dias úteis da data da notificação.



6.43. A Contratada deverá entregar à Contratante, após conclusão das instalações, um jogo de relatórios que contenha garantias das peças, desenhos “as built”, memórias de cálculo (os arquivos eletrônicos em autocad em dwg e plt deverão ser entregues na conclusão dos serviços).

6.44. A Contratada fica obrigada a apresentar à Contratante, sempre que solicitado a critério desta e a qualquer tempo, para atendimento em até 3 (três) dias úteis do recebimento da solicitação formal, a Composição dos Preços Unitários (CPU) de todos os itens cotados na planilha orçamentária e respectiva Curva ABC de Serviços, elaborados com base nos modelos disponibilizados nos Anexos “A” e “B” deste instrumento, sendo que o não atendimento ensejará a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Nove.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Exercer a fiscalização dos serviços de engenharia pela Equipe de Fiscalização, especialmente designada.

7.2. Determinar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, o afastamento imediato de preposto ou de qualquer funcionário da Contratada, caso constate inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão, bem como ato desabonador ou outros motivos, bem como subcontratadas que não satisfizerem as necessidades da obra.

7.3. A Contratante reserva-se o direito de exigir ensaios laboratoriais complementares dos materiais a serem empregados na execução da obra, cujos ensaios serão realizados em laboratórios credenciados no INMETRO, sendo os custos ônus da Contratada. No caso de reprovação do material submetido ao ensaio, será obrigatória a imediata substituição sem ônus adicional à Contratante.

7.4. A Equipe de Fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou por motivo de inobservância ou de desobediência às ordens e instruções, cabendo a Contratada os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

7.4.1. A determinação de paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à fiscalização da Contratante formalizar sua suspensão.

7.5. Realizar, através da Equipe de Fiscalização, acompanhada pelo representante legal da Contratada, e mediante agendamento prévio, a medição dos serviços executados, até o 4º (quarto) dia útil do mês imediatamente posterior à sua execução.

7.5.1. Não serão medidos os materiais depositados na obra.

7.6. Destinar local para o Canteiro de Obras.

7.7. Examinar as Carteiras Profissionais - CTPS dos funcionários que irão prestar os serviços contratados para comprovar o registro de função profissional.

7.8. Responder às dúvidas e questões expostas pela Contratada.

7.9. Fornecer pontos de energia elétrica e de água.

7.10. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de toda a obra, à Contratante fica reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a obra, por prepostos designados, podendo ordenar a imediata retirada do local de funcionários da Contratada, bem como a substituição dos que estiverem sem o crachá, embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Todas as eventuais modificações havidas no projeto durante a execução do objeto, em consequência das condições locais, devidamente autorizadas pela fiscalização da Contratante, bem como pelo projetista responsável, serão documentadas pela Contratada, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos “como construído”.

8.2. Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas e tipos na proposta da Contratada somente poderão ser substituídos por outros no caso de comprovação de similaridade, realizada por instituição especializada e mediante o aceite da Contratante.

8.3. A troca de informações e correspondências entre a Contratada e a UNICAMP, bem como toda e qualquer instrução, devem ser por escrito, devendo ser registradas no “Diário de Obras”. Todos os expedientes escritos, após seu registro, serão encaminhados à Contratada, para decisão, acompanhados de parecer da Equipe Técnica.

8.4. Qualquer erro ou imperícia na execução dos serviços e constatado pela Equipe de Fiscalização da Contratante ou pela própria Contratada, obrigará a mesma, por sua conta e risco, a correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro tenha resultado da insuficiência dos levantamentos.

8.5. A Contratada poderá discordar de qualquer ato da Equipe de Fiscalização, devendo se manifestar, por escrito, no prazo máximo de 4 (quatro) dias contados da data do conhecimento da ocorrência do ato questionado. A data referência será aquela do recebimento do documento emitido pela Equipe de Fiscalização.

8.6. Recebida a divergência pelo Engenheiro Fiscal da Contratante, este, no menor prazo possível, manterá ou reconsiderará a decisão anterior, dando sempre ciência à Contratada, por escrito.

8.7. Mantida a divergência, a Contratada poderá recorrer à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de manutenção, apresentado recurso ao próprio engenheiro, que o encaminhará imediatamente à Contratante, com as informações que considerar necessárias.

8.8. Recebido o recurso, a Contratante tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para apreciar a matéria e resolver a pendência, dando-se ciência à Contratada, por escrito.

8.9. A existência de uma divergência não poderá, em hipótese alguma, justificar a paralisação, pela Contratada, dos serviços contratados, ressalvadas a etapa que deu origem à questão.

8.10. Na hipótese de divergência improcedente, a Contratada arcará com todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação da etapa dos serviços de engenharia ou serviço, aplicando-se, em caso de atraso, as sanções previstas na Lei Federal 8666/93 e Portaria GR 248/98.

8.11. À Contratada caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços; igual responsabilidade lhe caberá pelos demais compromissos assumidos com a UNICAMP e executados por terceiros sob sua administração, não havendo qualquer vínculo contratual entre a UNICAMP e eventuais subcontratadas.

8.12. Apenas em casos excepcionais, julgados pela fiscalização da Contratante, será permitida a execução de serviços aos domingos, feriados e dias de expedientes suspensos na Universidade, conforme calendário a ser divulgado pela Universidade para o corrente exercício. As solicitações deverão ser feitas pela Contratada, por escrito, com pelo menos três dias úteis de antecedência da ocorrência.

8.13. A aprovação dos projetos de arquitetura, estrutura, cobertura, instalações prediais ou soluções adotadas, pela Fiscalização da Contratante, não exime a Contratada das responsabilidades por eventuais falhas técnicas decorrentes de má execução da obra.

8.14. A Contratada garantirá os serviços por ela executados, nos termos do Artigo 618 da Lei Federal 10.406 de 10/01/2002. Neste período, os serviços que apresentarem defeitos deverão ser refeitos. Não estão incluídos os casos de má conservação ou uso inadequado das instalações.

8.15. A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada com observância dos ditames legais e jurisprudenciais, desde que devidamente justificada nos autos e mediante prévia e expressa autorização da Contratante. A Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s) e responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.16. A autorização da subcontratação ficará condicionada à apresentação, pela subcontratada, dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como ao atendimento dos requisitos do Manual de Segurança da Diretoria Geral de Recursos Humanos, junto com o Termo de Contrato firmado com a Contratada por cópias autenticadas ou simples junto com o original para cotejo.

## **9. DAS SANÇÕES**

9.1. Salvo motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados e comprovados, o não cumprimento por parte da Contratada das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) advertência, sempre que constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais a Contratada tenha diretamente concorrido;

b) multa nos termos do subitem 9.2;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2. A Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois por cento), sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor contratual.

9.3 As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada.

9.4. A Contratada estará, ainda, sujeita às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

9.5. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas contempladas na Lei federal n° 8.666/93 e na Portaria GR n° 248/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: [http://www.pg.unicamp.br/mostra\\_norma.php?id\\_norma=798](http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798).

9.6. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Contratante na ocorrência da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei federal n° 8.666/93, sendo que a falta de cumprimento das obrigações assumidas ou a incidência do comportamento descrito no art. 78 e na forma do art. 79 da Lei federal n° 8.666/93, ensejará a rescisão unilateral do instrumento contratual, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

9.7. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exige a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que venha acarretar à Unicamp.

9.8. Na aplicação de penalidades e na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

## **10. DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de CAMPINAS, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias da presente Carta Contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

Assim, seguem 2 (duas) vias da Carta Contrato, de igual teor e único efeito, devendo ser devolvidas a DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO – DIVISÃO DE CONTRATOS.

Campinas,                de                de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EMPRESA                CNPJ/MF n°





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO  
SUPLEMENTOS  
MINUTA

Fl. n° \_\_\_\_\_  
Proc. 01-P-8227/2017  
Rub.

Aprovado segundo Parecer PG n° 4054/2020 e  
Despacho PG n° 5842/2020, de 14/12/2020.

ANEXO “B”

Modelo de Curva ABC

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PR.UNIT(R\$)	PR.TOTAL(R\$)	PART.(%)	PART.ACUM.(%)								
<div>LOGOTIPO DA EMPRESA</div> <div>RAZÃO SOCIAL, CNPJ e DADOS PARA CONTATO</div> <div>CURVA ABC DE SERVIÇOS</div> <div>OBRA: _____</div> <div>ORÇAMENTO: _____</div> <div>LOCAL: _____</div> <div>Área da obra: (m²) _____</div> <div>LEIS SOCIAIS: ____ %</div> <div>BDI: ____ %</div> <div>DATA-BASE(1o): mês/ano _____</div> <div>DATA: dia/mês/ano _____</div> <div>MODELO</div>															

CARTA CONTRATO N.º <<NUMERO>>/<<ANO>>

<<ENDEREÇO>>

Caixa Postal <<CAIXAPOSTAL>> – Telefone (19) <<TELEFONE>> – Fax (19) <<FAX>> – Email: <<EMAIL>>

CEP <<CEP>> – <<CIDADE/ESTADO>>